

## A SEGUIR A CONSTITUIÇÃO

A quase euforia que o nosso correspondente em Maputo regista no seu despacho exprime bem como ao povo moçambicano já pouco importa quem «está a ganhar ou a perder». Isto é, para o vulgar cidadão só lhe interessa que a guerra acabe e depressa, pois em última e primeira instância quem paga o seu preço maior é mesmo esse tal vulgar cidadão. Assim, todo o sinal de proximidade de um acordo constitui um sinal positivo, parecem dizer as pessoas contactadas pelo *África*, em Maputo.

Esse optimismo foi compartilhado publicamente por governos «amigos». O porta-voz dos EUA, Dave Denry, felicitou as partes envolvidas e não se esqueceu de realçar o papel do seu país na «assessoria técnica» deste encontro de Roma, bem como avisou já do seu especial interesse em integrar a comissão verificadora. No entanto o bom senso exige que se coloquem algumas reservas a esse estado de espírito emocional. É que a análise

daquilo que se está a passar em Moçambique de há uns tempos para cá tem de ser cuidadosa e não alimentar demasiadas ilusões. Não deixa de ser sintomático que esse optimismo não tenha tido correspondência exacta entre os elementos da delegação governamental. Apenas horas antes do acordo ser conhecido, existia até um certo desânimo perante a intransigência da Renamo. De facto, reconhecia com amargura a representação oficial, o Governo já fez concessões demais... Por outras palavras, a Renamo não tem estado a corresponder a essa boa vontade.

Fica-se com a sensação incómoda de que apenas um dos lados, a Frelimo, está verdadeiramente interessada na Paz. Percebe-se há muito que só um dos lados vai concedendo, concedendo...

Veja-se por exemplo, como, agora, todo o campo foi deixado à livre acção da Renamo, submetendo-se a Frelimo a confinar-se nas cidades, reconhecendo assim uma situação de facto, mas de

certo modo humilhante. Veja-se ainda como este cessar-fogo foi afinal acordado na verdade entre a Renamo e o Zimbabwe (com os interesses britânicos por detrás, nunca se deve esquecer). Tem de concluir-se que a Renamo conseguiu aquilo que desejava e proclamava há muito, sem no entanto fazer nenhuma concessão significativa. Porque se alguém recuou no terreno foi sem dúvida a Frelimo!

Para tentar compreender este «jogo» é necessário procurar responder a uma pergunta incómoda: o que beneficiou a população com este acordo? Se exceptuarmos aquela que vive nas estreitas margens dos Corredores e a quem já era garantida alguma segurança pelas tropas do Zimbabwe, todo o resto da população continua entregue aos desmandos brutais da acção da guerra, em especial, à acção cruel dos rebeldes. A Renamo fica de mãos livres para desencadear um processo de consolidação das suas conquistas no campo, pois era manifesto que quase só

a tropa estrangeira do Zimbabwe perturbava os seus movimentos. Quanto às tropas governamentais, mesmo que se aceite algumas melhorias na sua conduta, terão agora que dobrar os seus reforços ou... reduzir-se a ficar nos quartéis. O que dirão os generais deste acordo? Não é de estranhar que reajam com alguma «acidez».

Pode talvez dizer-se que a Frelimo (o Governo) conseguiu uma vitória «moral» ao demonstrar estar disposto a tudo para dar a Paz ao Povo moçambicano. Mas tem de aceitar-se também que a Renamo alcançou uma nova e importante vitória militar, demonstrando ser sempre esse o seu objectivo principal e do qual não se afasta a não ser com a confissão de derrota total da parte governamental.

A sua intransigência, que, dias antes do acordo, era dada por fontes governamentais como fortemente apoiada por interesses estrangeiros (atenção: portugueses, sul-africanos e alemães), essa intransigência da Re-

namo produziu os frutos por ela desejados. E isso porque a sua maior força actual resulta de que não encara qualquer entrave moral à continuação da guerra. O recado que este acordo contém é mais do que claro: à Frelimo, segundo a Renamo, só lhe resta ceder, ceder sempre. A situação de poder responsável (responsável perante o povo, perante o mundo) começa a ter efeitos redutores para a Frelimo.

É de registar também o modo como o delegado da Renamo em Lisboa, imediatamente após o acordo de Roma, recuperou, com renovada agressividade, a sua rejeição da nova Constituição. O tom arrogante e seguro chegou ao ponto de «exigir» que o Presidente Chissano «se abstinisse de comportamentos que possam comprometer o desenrolar do actual processo de Paz». Por outras palavras, a Renamo exige que o Presidente Chissano «se porte bem»... Dir-se-ia que a Renamo considera já o Presidente moçambicano como um refém —

um refém das suas responsabilidades de chefe de Estado, um refém de compromissos que não pode agora ignorar. De modo oportunista e reconhecidamente eficaz, a Renamo exerce assim uma chantagem sobre o Governo, uma chantagem que põe de lado qualquer escrúpulo referente aos «interesses nacionais» que tanto diz defender.

Pode-se pois, apesar do optimismo actual, pressagiar maus momentos para o povo moçambicano. Em compensação não se pode imaginar que a Frelimo esteja disposta a tocar no fundo só para satisfazer todas as ambições da Renamo. Até certo ponto, o que a Renamo está, perigosamente, a exigir é o suicídio da Frelimo.

É de esperar pois que na próxima ronda apareça uma Renamo ainda mais confiante em si mesma, a exigir sempre mais e mais. Tudo indica que será a vez da Constituição. Constituição que centenas de milhares de moçambicanos andaram a discutir durante meses. Talvez para nada.

S.M.